

Revisando a Industrialização Brasileira. Onde a memória histórica trai sem constrangimentos a história

Edgar Salvadori de Decca

IFCH-Unicamp

Eu gostaria de discutir nesta oportunidade algumas questões relativas às interpretações da industrialização no Brasil, principalmente em momentos decisivos como as décadas de 20 e 30. A minha intenção é a de levantar alguns pontos polêmicos que foram elididos pela bibliografia existente sobre o período e que à luz da atual situação política e econômica do país podem dar margem a revisões históricas significativas. Minha intenção não é apenas a de fazer um esforço de revisão historiográfica, mas reconstruir o passado mediante perspectivas que me parecem muito pertinentes na atual situação em que se encontra o Brasil.

Os autores que analisaram a industrialização nas décadas de 20 e 30 são unânimes em reconhecer que a indústria paulista ultrapassa a do Rio de Janeiro tanto em volume de produção, como em tecnologia e no contingente de trabalhadores empregados. Isto é, as tendências da industrialização de São Paulo não só apontam um ritmo de crescimento muito mais acelerado do que de outras regiões do país, como também delineiam a constituição de um quadro social urbano cuja complexidade de relações étnicas e de classe não encontra similar em nenhum outro lugar do Brasil. A industrialização, portanto, traz consigo uma complexidade social bastante diferente da

quela apresentada pela cidade do Rio de Janeiro, onde os contornos étnicos e classistas são mais demarcados e onde a mobilidade social é significativamente menor. Isto significa que, a modernidade em São Paulo, ao contrário de outras regiões do país, implica em integração e diferenciação de grupos sociais, ao mesmo tempo que refaz os quadros da tradição política e cultural do país. Enquanto esta tradição esteve sempre ligada aos limites da exclusão e da marginalização de amplos setores da sociedade brasileira, em São Paulo, em virtude da rápida industrialização e da inclusão e integração de classes, de grupos étnicos e também de indivíduos que ascendem na escala social, os padrões de adequação na vida política e cultural da cidade precisaram ser rapidamente modificados. Em outros termos, enquanto no Rio de Janeiro, em pleno século XX, ainda se vivia uma certa nostalgia da corte, onde as elites se diferenciavam nitidamente das classes populares, que também tinha um caráter mais homogêneo, em São Paulo, as próprias elites tiveram de conviver com a invasão de novos ricos, na maioria estrangeiros, que fizeram fortuna com a indústria e com as classes populares, que ao invés de apresentarem padrões de homogeneidade étnica, primavam por uma profunda diferenciação interna. A

própria configuração da cidade revela, já nos anos 20, a tendência desses novos padrões culturais e não são completamente nítidas as demarcações espaciais dos bairros ricos e pobres, uma vez que cresce de forma considerável segmentos da classe média que redimensionam os perfis dos bairros e aumenta a mobilidade social que permite aos indivíduos a transformação da sua própria condição de classe. São Paulo, diferentemente dos padrões consagrados de interpretação da sociedade brasileira, não é uma sociedade polar, definida pelo binômio casa-grande e senzala. Não existe na cidade essa bipolaridade étnica e classista, talvez melhor configurada em lugares como o Rio, Recife e outros do Nordeste, que permite a permanência de tradições políticas e culturais advindas do século XIX, onde predominavam os padrões de uma sociedade com base na escravidão. Nesse sentido, o jogo político em São Paulo está sujeito a um conjunto de tensões e conflitos que na maioria das vezes desconcerta e desorienta as elites, elas próprias herdeiras das tradições do passado oligárquico. Entretanto, seria muito importante lembrar no caso de São Paulo a emergência de figuras públicas como a de Roberto Simonsen, que tendo percebido os sinais de transformação da sociedade paulista, exige outros padrões de relacionamento político e cultural entre as elites e os inúmeros segmentos da sociedade.

Enquanto os vínculos da tradição estavam sendo rompidos pela intromissão de novos sujeitos sociais na arena da cidade, ainda persistiam posturas de elites políticas acostumadas aos mecanismos de exclusão da sociedade patriarcal. Por isso, vamos encontrar em São Paulo, a partir da década de 20, vozes que reforçaram discursos nacio-

nalistas em nome da exclusão do trabalhador estrangeiro do cenário da cidade. Este comportamento conservador não se dirigia apenas ao trabalhador estrangeiro, mas também a outras figuras que começavam a ganhar destaque no mundo urbano. Pela própria intensidade da diferenciação social e pela abertura do espaço público para novas personagens urbanas, os discursos moralistas das elites procuraram impedir a emergência de novas demandas políticas e culturais que pudessem pôr em risco os seus valores de classe. Basta observarmos a maneira pela qual a figura pública feminina foi estigmatizada pela voz preconceituosa do conservadorismo, para termos a medida e a extensão do conflito. Hilário Tácito ironiza de forma magistral esse conservadorismo das elites quanto à presença da mulher no espaço público, ao destacar o importante papel cultural das prostitutas na vida da cidade de São Paulo. A figura de uma prostituta estrangeira, dona de um bordel, que introduz hábitos de boa conduta e civilidade às elites da cidade ataca os preconceitos contra os estrangeiros e às mulheres. Percepções como esta de Hilário Tácito nos dão a dimensão das diferenciações sociais em curso na cidade e indicam as suas tendências de transformação. Enquanto na sociedade tradicional de estruturação bipolar os espaços de negociação individuais e coletivos eram extremamente restritos, em uma cidade como São Paulo, as pressões dos novos sujeitos implicavam em uma redefinição dos assentimentos e compromissos sociais e políticos.

Vocês devem estar perguntando, porque estou me referindo a estas questões, quando o problema em causa é a industrialização no Brasil. Faço estes comentários, propositadamente, para

mostrar que discutir a questão da indústria no Brasil não é apenas uma questão de ordem econômica, aliás, aqui mais do que em outros lugares, o imperativo de ordem econômica vale muito pouco, pois desenvolvemos muito mal a experiência de uma sociedade de mercado e quando ela prefigurou a sua conformação nos anos 20 deste século, vozes muito conservadoras saíram a campo para obstaculizar os seus efeitos benéficos e maléficos. Acontece que a maioria das análises sobre os anos 20 e 30 no Brasil estão baseadas em generalizações que tomam as vozes dominantes deste período como as verdades históricas mais consistentes e imbatíveis. Pouco se pesquisa a respeito das reais condições culturais e políticas que o processo de industrialização de São Paulo trouxe para o conjunto do país. Na maioria das vezes, as análises sobre a situação do país no período são tomadas a partir de vozes que nos anos 30 se sentiram vitoriosas diante da modernidade e diversidade cultural em curso em São Paulo. Apenas recentemente encontramos trabalhos historiográficos que resgatam as condições de uma modernidade que fugia dos padrões e dos esquemas de controle das ideologias e das políticas que visavam preservar as tradições da sociedade dual no Brasil. Ainda que possamos fazer uma comparação grosseira, gostaria de sugerir que no Brasil dos anos 30 prevaleceu a visão de mundo dos setores conservadores da sociedade, como se na Guerra de Secessão dos Estados Unidos o sul tivesse vencido o norte. Nada é mais sintomático do que a forma como foi imposto nos anos 30 a adequação do trabalho ao capital. Fez-se tábula rasa da enorme diversidade das condições desta relação e estabeleceu-se um único padrão de relacionamen-

to, como se todo o país ainda estivesse nas condições de dualidade do senhor e do escravo, cabendo ao Estado proteger e controlar este último com o objetivo de evitar perigosos conflitos sociais. Isto é, menosprezou-se mais uma vez a capacidade do trabalhador assalariado industrial, principalmente de São Paulo, de encontrar formas de negociação e barganha junto ao empresariado.

O que torna desconcertante esta tradição histórica e intelectual formada entre nós é que embarcamos na idéia de uma incapacidade do trabalhador frente às forças cegas do capital. A legislação trabalhista foi saudada pelos setores conservadores da sociedade como uma defesa do trabalhador pelo Estado, uma vez que eles se sentiam desprotegidos diante da força e da voracidade do capital industrial. Quantas páginas são escritas ainda hoje em defesa de Vargas, o pai dos trabalhadores, que teria dado os direitos fundamentais à classe operária brasileira. Acontece que estas leis trabalhistas se basearam numa concepção dual da sociedade brasileira, onde os trabalhadores deveriam ser devidamente controlados pelo Estado e este último como contrapartida assegurar-lhes-ia direitos mínimos. Desconheceu-se, completamente, a capacidade luta dos trabalhadores da indústria que havia se fortalecido e desenvolvido-se durante os anos 20 em São Paulo e fez-se tábula rasa para o fato de que estes trabalhadores não almejavam o atrelamento de suas atividades ao Estado, mas sim o compromisso do Estado perante leis que ele próprio havia sido responsável em reconhecer como direitos de cidadania dos trabalhadores. Durante os anos 20, principalmente após o declínio da doutrina anarquista junto aos meios operários, as lutas sin-

dicais, com apoio do partido comunista, dirigiram-se ao Estado, insistindo que este promulgasse leis protetoras do trabalho. Evidentemente, estas batalhas sindicais não foram nada tranqüilas e encontraram enorme resistência por parte do capital, que se negava a cumprir a legislação trabalhista. Entretanto, o movimento sindical nunca teve como meta a imposição de uma estrutura corporativista capaz de enquadrar tanto o trabalho como o capital. Exigia-se, isto sim, maior eficácia do Estado na vigilância de suas próprias leis. A modernidade industrial de São Paulo havia criado um conjunto novo de demandas do trabalho, que já exigiam diferenciações no campo das negociações, não permitindo que o capital e o trabalho fossem encarados como figuras homogêneas. A pluralidade sindical, sua autonomia e independência eram elementos fundamentais nas negociações trabalhistas, apesar de existirem dentro do mundo do trabalho setores mais fracos e mais desprotegidos frente ao poder do capital. Seria extremamente ingênuo imaginarmos que o movimento operário dos anos 20 foi frágil diante da força despótica do patronato industrial. Ao contrário do que se imagina, muitas das leis que compuseram a estrutura sindical corporativista já haviam sido promulgadas durante os anos 20 pela pressão dos sindicatos operários. Além disso, os sindicatos vão se tornando uma força nada desprezível no cenário político do final dos anos 20. As articulações das oposições ao governo de Washington Luiz passavam todas elas por negociações com o movimento operário e os sindicatos souberam aproveitar muito bem estas oportunidades, pressionando o Estado para a promulgação de leis protetoras do trabalho. Nesse sentido, podemos enten-

der as novas posições do empresariado de São Paulo ao perceberem as possibilidades de articulação política do movimento operário.

Para aqueles que pesquisaram o empresariado industrial nos anos 30, não é difícil perceber que este setor estava muito preocupado com a modernização das relações de trabalho e Roberto Simonsen, entre outros, procurou insistentemente criar uma nova mentalidade no interior de sua classe. Em 1928, por exemplo, criava-se o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, sinal mais do que evidente da organização da classe empresarial para enfrentar novos desafios, tanto na modernização do parque industrial, como nas novas relações trabalhistas que iriam advir dessas transformações.

Roberto Simonsen e o Ciesp inúmeras vezes enfatizaram que o problema da industrialização brasileira transcendia a ordem econômica e estava muito mais ligado à mudança de mentalidade do empresariado, do governo e do próprio movimento sindical. Discutiu-se, abertamente, durante os anos 20 a introdução dos métodos tayloristas e fordistas nas fábricas de São Paulo e algumas experiências foram realizadas com relativo êxito empresarial. As mudanças previstas pelo patronato esclarecido não se limitavam apenas ao setor produtivo; em São Paulo, segundo eles, deveria acontecer uma verdadeira revolução na mentalidade e nos valores da sociedade, para que ela pudesse entrar de maneira segura nos rumos da modernidade. Para tanto, deveriam ser criadas escolas, faculdades e outras instituições de ensino e aprendizagem, que pudessem modificar os hábitos e comportamentos das elites e dos trabalhadores. Do ponto de vista empresarial, havia, no final dos anos 20 e início dos anos 30, opções

bastante demarcadas para o ingresso definitivo na modernização. Por um lado, as alternativas abertas pelo fordismo e pelo taylorismo com muito pouco peso do Estado na negociação das relações de trabalho. Por outro, uma participação mais ativa do Estado na direção da economia nacional, sem contudo intervir de maneira exagerada no plano das relações trabalhistas. Esperava-se com isso, uma economia mais planejada, sendo o Estado responsável pelas diretrizes das políticas de investimento. Quem lê os textos de Roberto Simonsen do início dos anos 30, percebe claramente o quanto ele se opôs às soluções corporativistas, nos moldes do fascismo italiano.

Para a modernização de São Paulo os efeitos da legislação corporativista foram arrasadores. Ela não desorganizou apenas a vida sindical operária, tirando-lhe a autonomia, ela foi capaz de desorganizar toda a indústria paulista e durante anos o crescimento econômico ficou comprometido pelo emaranhado de leis e pelas disputas entre o empresariado e o Estado. Apesar do empresariado paulista ter recebido alguns benefícios protecionistas do Estado, o fato é que eles conseguiriam ver reconhecidas estas exigências em outra situação política, que não aquela criada pela estrutura corporativista, porque o empresariado, desde os anos 20 tinha conquistado boa margem de negociação com o governo central. A modernização proposta pelo empresariado paulista no final da década de 20, já pressupunha uma mudança no perfil da economia brasileira, prevendo que o café iria deixar de ser o suporte para os outros investimentos, abrindo caminho para a constituição de um parque industrial capaz de modificar as relações do Brasil com o mercado mundial, cada vez mais con-

trolado pelos países industrializados.

Seria importante observar, portanto, de que maneira a diversidade da sociedade industrial de São Paulo se viu aprisionada pela nova ordem implantada pelo governo provisório de Vargas, a partir de 1930. Todo um conjunto de iniciativas que foram concebidas sob o amplo espectro de negociações em curso em São Paulo, viu-se de uma hora para outra, comprometido pela investida do Estado em todos os setores da vida social. Isto abriu caminho para profundas mudanças na mentalidade tanto das elites econômicas e políticas, como no mundo do trabalho. Na base das negociações em curso em São Paulo, bem ou mal, aquelas elites aos poucos foram adquirindo um compromisso ético com o desenvolvimento da cidade e a partir de barganhas com o poder local e municipal passaram a participar de suas iniciativas, visando melhorar as condições de vida de uma cidade que crescia rapidamente, criando sérios problemas sociais advindos da pobreza. Nesse sentido, a modernização da cidade era percebida como o resultado do esforço e dedicação de todos os setores sociais e as elites ainda conservavam um certo compromisso para com o conjunto da sociedade.

A modernidade acabou por criar determinadas sensibilidades sociais que não seriam possíveis no âmbito de uma visão estreita de uma mentalidade tradicional e patriarcal baseada na lógica da escravidão. O compromisso das elites para com a cidade que presenciava uma industrialização crescente não significava absolutamente laços de solidariedade entre classes em conflito, mas sim compromissos e negociações para que determinadas condições de riqueza e *status* sociais pudessem ser vivenciadas sem o risco de

agressão por parte das camadas mais pobres da sociedade. Dada a diversidade étnica e a mobilidade social permanente, as fronteiras sociais tornaram-se menos nítidas e as elites econômicas e políticas não podiam fazer os seus negócios virando as costas para o mundo do trabalho. Nesse sentido, é que falamos de um compromisso ético forjado com muita dificuldade na experiência de negociação entre os diversos setores sociais. Este padrão de ordenamento social e político emaranhava-se nas redes do poder público e a gestão urbana era assunto extremamente importante para o crescimento industrial, uma vez que as próprias elites já haviam vivenciado, por ocasião da greve de 1917 os riscos de uma revolta operária contra as más condições de vida.

Uma das mais perniciosas consequências da implantação do sistema corporativista e do avanço do Estado nas relações sociais a partir dos anos 30, foi o progressivo descompromisso das elites no que concerne às negociações sociais. A imagem de um Estado todo-poderoso capaz de intervir e atuar em todas as esferas da vida social descomprometeu as elites de sua responsabilidade perante à gestão pública da cidade e ao mesmo tempo possibilitou que os conflitos entre o capital e o trabalho se transformassem em negócios burocráticos da Justiça do Trabalho. De um lado, as elites deixaram para a responsabilidade do Estado a resolução da questão social, até então um problema que elas eram obrigadas a negociar na esfera do poder local e municipal. De outro lado, a legislação trabalhista deu margem para a exploração do lucro empresarial sem exigências de eficácia e produtividade, uma vez que o atrelamento dos sindicatos ao Estado fez com que diminuís-

se consideravelmente as suas margens de negociação frente ao capital. Contudo, ao examinarmos os aspectos mais marcantes do início dos anos 30 perceberemos como a indústria paulista, representada por determinados setores do empresariado e pelo movimento operário em seu conjunto, foi hostil às imposições do Estado. É muito significativa a luta sindical contra as leis trabalhistas e defesa de sua autonomia e independência. Os primeiros anos da década de 30 foram particularmente difíceis para a classe trabalhadora de São Paulo por ela não aceitar as novas condições impostas pela legislação corporativa. Trabalhos recentes têm demonstrado as dificuldades que o governo federal encontrou para submeter os trabalhadores às novas regras legais, apesar de toda a propaganda preparada para ganhar a simpatia dos trabalhadores. Ao contrário do que se pensava, os trabalhadores não queriam o Estado na gestão de seus negócios, esperavam dele a vigilância e a eficácia no cumprimento de leis conquistadas pelo próprio movimento operário ao longo dos anos 20. Pelo lado empresarial, os problemas não foram menores. Durante os primeiros anos de vigência da nova legislação o patronato manteve-se em litígio com o Estado, não aceitando em conjunto a nova legislação. Argumentavam sempre que o emaranhado de leis obstaculizava a produção industrial, impedindo a livre iniciativa do capital no campo contratual. A bibliografia existente sobre este assunto sempre tomou o partido do Estado, considerando o empresariado como força conservadora que não era capaz de reconhecer o avanço da legislação trabalhista. Mas como já dissemos, anteriormente, esta bibliografia sobre a industrialização no Brasil está fortemente marcada pelo discurs-

so político dos vencedores de 30, discurso este abertamente hostil aos contornos da modernidade em curso em São Paulo.

O pensamento autoritário no Brasil sempre se valeu de uma concepção dual de sociedade para fazer valer os seus argumentos. Sob esse prisma, dada a pequena margem de negociação possível entre os pólos em oposição, apenas o Estado pode desempenhar o papel de negociador, não restando à sociedade outra alternativa senão a de submeter-se às suas decisões. Tal concepção política fundada nos valores e idéias de uma sociedade patriarcal anula a eficácia e a capacidade de negociação interclasses próprias à sociedade industrial e capitalista e nessa medida o pensamento autoritário pode ser muito atraente, inclusive, para as esquerdas que tem um projeto anticapitalista de sociedade. Por esta razão, a historiografia marxista deu ampla margem de reconhecimento à gestão autoritária do Estado que se consolidou a partir dos anos 30. Por isso, esta gestão autoritária foi interpretada como modernização conservadora, termo muito ambíguo que ao mesmo tempo procura se distanciar das implicações de um Estado com características nitidamente fascistas, mas que por outro lado reconhece-o como um mal necessário. Com isso, criamos uma interpretação histórica que imputa aos setores conservadores e autoritários da sociedade e do Estado a responsabilidade de introdução do Brasil na era da industrialização e da modernidade. Faz-se silêncio, justamente, dos aspectos regressivos que a centralização autoritária do Estado no Brasil proporcionou. Assim como o pensamento conservador, as esquerdas em nosso país têm tremenda dificuldade em trabalhar com os aspectos múltiplos e diferenci-

ados da modernidade e da sociedade industrial, onde se torna necessária uma enorme habilidade política para desempenhar o melhor papel possível no campo das negociações em todos os aspectos da vida social. Por isto, temos a propensão de vislumbrar o Estado como nosso representante diante dos conflitos que emergem cotidianamente na sociedade, a ponto de o concebermos como o sujeito privilegiado da história.

Estas colocações feitas não têm a intenção apenas de fazer uma retificação do passado, visando abrir outras vertentes para a sua interpretação. Ela pretende também reavaliar as nossas atitudes frente a atual situação que se encontra o país. A permanência e continuidade do pensamento autoritário têm propiciado cada vez mais o nosso abismo social, pois, uma vez que todos esperam do Estado a solução dos problemas, fica evidente que as elites econômicas e políticas sentem-se completamente livres de qualquer compromisso ético. Os custos de tal postura, hoje, põem em risco, não estas elites, mas amplas camadas da população que não têm condições de se protegerem contra os riscos de irrupção de violência e revolta das classes desfavorecidas da sociedade. No final das contas, o Estado no Brasil serviu para eximir as elites de qualquer compromisso ético e com isso o Brasil entra na modernidade, sem que os setores dominantes da sociedade precisassem negociar nenhum de seus enormes privilégios.

Este é o nosso maior legado da década de 30 e que tem projeções muito comprometedoras, ainda hoje. Naquele período, ensaiava-se em São Paulo as experiências novas da modernidade industrial e os sujeitos sociais estavam dando significativos passos

para o aprendizado das negociações no espaço privado da relação capital-trabalho e na gestão dos assuntos públicos, mediante a autonomia da organização de classe. Esta experiência tem que ser resgatada para que possamos evitar, desta vez, as soluções autoritárias, sempre muito atraentes às elites brasileiras, que não quiseram aprender as lições colocadas pela modernidade em curso em São Paulo, durante os anos 20 deste século.

Revisitar os rumos da industriali-

zação no Brasil parece-me como a experiência de Proust em busca do tempo perdido. Só que com duplo sentido: o primeiro, o de recuperar uma experiência civil que foi abruptamente cortada pela vitória do pensamento autoritário, o segundo, o de tentar recuperar um imenso tempo perdido, responsável pelo abandono em que foi legada a gestão dos negócios públicos no país, onde nenhum setor da sociedade assume qualquer parcela de responsabilidade política.